

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A REGENERAÇÃO DO PASSADO RECENTE COMO FALSIFICAÇÃO HISTÓRICA: A DITADURA, A TORTURA E O FALSO PERDÃO

Haroldo Loguercio Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ProfHistória
haroldo.carvalho@ufrn.br

Introdução

Este trabalho compõe parte das investigações desenvolvidas no PPGEH/UFRN e na UNGS/Argentina, através do projeto **História e Ensino de História recente no Brasil e na Argentina: ditaduras militares em sala de aula, os caminhos das memórias e das narrativas divergentes**, que faz uma análise comparativa entre a história escrita e a história ensinada sobre as últimas ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Procura identificar a inclusão dos temas da história recente nos currículos secundários e analisar a percepção da historiografia acadêmica sobre a mobilização e politização do passado como elemento de ação política quando dos processos de redemocratização e de seus desdobramentos futuros. Procura também reconhecer e analisar o que chamamos de memórias divergentes. Memórias que apresentam narrativas históricas a partir da experiência de vida dos envolvidos nos embates políticos do período, especialmente no que se refere às questões relativas à violência do Estado através do uso sistemático da tortura, da morte e do desaparecimento de opositores. Por fim, o texto quer refletir como este ambiente tensionado da produção da história e dos caminhos da memória é incorporado ao ensino de história nos níveis secundários e quais impactos que produzem na realidade social e política do presente. Interessa-nos evidenciar a organização dos conteúdos e abordagens didático-pedagógicas implementadas no Ensino Médio brasileiro e na *Educación Secundaria* argentina para observar, de modo amplo, quais memórias históricas dos períodos militares estão sendo desenvolvidas na escola e, confrontá-las com as memórias que circulam nas sociedades, seja através da grande imprensa ou na própria contra-narrativa construída pelos apoiadores dos golpes militares. A intenção da pesquisa foi identificar os veículos e meios de divulgação do conhecimento histórico sobre as ditaduras militares tomando como referência o conhecimento acadêmico minimamente

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consolidado entre os historiadores e o conhecimento elaborado por memorialistas e/ou sujeitos que tiveram participação nos embates políticos dos períodos ditatoriais. Por considerarmos que este passado recente tem sido mobilizado fortemente pelos grupos políticos que se posicionam pelo que os historiadores classificam como negacionistas ou revisionistas, julgamos o tema procedente para a investigação histórica.

As reflexões que venho desenvolvendo no âmbito deste projeto de investigação dizem respeito a um variado campo de possibilidades interpretativas referentes a história recente do Brasil e suas correspondências com as conjunturas contemporâneas, estas que de algum modo podem ajudar-nos a entender a radicalização política que vivemos nestes últimos anos, consolidando visões do mundo irreconciliáveis.

Dentro destas possibilidades interessa-nos aqui neste texto tratar de dois aspectos em particular. O primeiro diz respeito à aproximação teórico-metodológica entre as abordagens das ditaduras militares de segurança nacional desenvolvidas no Brasil e na Argentina, precisamente no que se refere a caracterização da temporalidade histórica e a recepção desta perspectiva como conceito de memória a instrumentalizar a luta travada no presente. A segunda possibilidade que nos interessa, neste momento, é expor as contradições entre o dito e o feito pelos militares que conduziram o processo de transição democrática e obstruíram a busca pela verdade e pela justiça e que agora assumem um novo protagonismo reivindicando um lugar na história que transita ao largo da historiografia acadêmica das últimas décadas. É a transição do negacionismo para a falsificação histórica.¹

Na primeira perspectiva, a ideia central do trabalho diz respeito à localização temporal da ditadura civil militar de 1964 no contexto atual, quer dizer, como e por quê as questões relativas ao golpe e a ditadura estão presentes nos embates políticos contemporâneos? Para dar conta deste problema inicial, entendo que é necessário definir o que se entende por presente na perspectiva histórica, quais referências são essenciais neste tipo de caracterização? Tomando por base a abordagem de Jörn Rüsen (função

¹ Inspirou-me trabalhar nesta perspectiva o trabalho de Caroline Silveira Bauer e Fernando Felizardo Nicolazzi, ambos da UFRGS, no texto *O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/kscZqWVSjDPGVLC7zh8WTfR/?format=pdf&lang=pt>.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

social da disciplina História) sobre as funções elementares da ciência histórica que é situar os sujeitos no tempo (RÜSEN, 2007), pretendemos definir o conceito de história recente e sua aplicabilidade na conjuntura brasileira vivenciada nos últimos anos, uma vez que no ambiente de disputa política pelo presente/passado enquanto orientação temporal, cabe a área de história ter clareza das necessidades e implicações da divulgação de seus conhecimentos.

Nas últimas décadas, esta temática sobre a caracterização da temporalidade do presente obteve variadas abordagens no contexto global, História do Tempo Presente, História Imediata ou História Recente. Na perspectiva da historiografia argentina este último é o mais frequente, proporcionando uma designação que define e corta carreiras profissionais, campos de estudo e afiliações institucionais. Neste caso, é muito plausível compreender que no caso deste país, essa emergência está diretamente relacionada à chamada *cultura del Nunca Más!*² De qualquer modo, é perceptível em todos os países do Cone Sul a proliferação de trabalhos situados em temporalidades próximas que partem dos períodos das ditaduras cívico-militares, especialmente nas lutas da redemocratização centradas na temática dos direitos humanos como marco temporal.

Na historiografia argentina, que usaremos como referência comparativa, nos valeremos dos trabalhos de Marina Franco e Daniel Lvovich para observar o sentido atribuído ao conjunto de estudos que trataram a história e a memória da última ditadura militar (1976-1983) na perspectiva da historiografia acadêmica³, da mesma forma que tomaremos os estudos de María Paula Gonzáles nas reflexões sobre a história ensinada deste período na educação secundária.

O conceito de história recente refere-se, é claro, ao estudo de passados próximos, embora essa observação óbvia não esgote sua definição. Em vários momentos postulou-se que a proximidade no tempo era um limite para a operação historiográfica, seja pela postulação da necessidade de certa distância temporal como requisito incontornável, seja pela dificuldade de acesso aos arquivos necessários para seu estudo. Porém, como os historiadores se valeram de fontes diversas, muitas vezes inclusive orais, e o universo de documentos disponíveis

² CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

³ BOHOSLAVSKY, Ernesto; FRANCO, Marina; IGLESIAS, Mariana; LVOVICH, Daniel (compiladores) *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. 1ª ed., Buenos Aires: UNGS/Prometeo Libros, 2010. Em dois volumes, a obra apresenta 28 capítulos que evidenciam a pluralidade de temáticas que analisam os passados recentes de Argentina, Brasil Chile e Uruguai, e também pela variedade de atores, fontes, metodologia e paradigmas representados.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se ampliou, este último ponto perdeu peso. Em relação ao distanciamento, a consideração de uma separação puramente temporária é, em última análise, menos relevante do que a necessidade de um distanciamento, de uma ruptura com o passado - no próprio processo histórico e na consciência dos contemporâneos - como condição essencial que permite a perspectiva histórica do passado. (FRANCO e LVOVICH, 2017, p. 190) ⁴

Em relação à história ensinada, Gonzáles aponta que nos últimos vinte anos a história, como disciplina escolar na Argentina, viveu uma transformação substancial em seus conteúdos e finalidades. Entre as mudanças mais significativas está a transição que proporciona aos alunos a passagem “*de aprender de memoria a enseñar para la memoria*”. A base destas reflexões está em identificar, precisamente, os saberes e práticas docentes em relação com a história recente argentina procurando traduzir e interpretar quais as estratégias dos professores para ensiná-la e comemorá-la. Esta história recente encontra-se ainda em renovação na medida em que novos saberes vão sendo revelados em trabalhos de mestrado e doutorado na UNGS e em outras tantas universidades nacionais públicas. A caracterização do objeto de investigação que ela nos apresenta é o seguinte:

Asociada a la formación de la ciudadanía y la construcción de la memoria, la historia de los años setenta y ochenta, atravesada por la violencia política y el terrorismo estatal –período que recorto y pondero en este trabajo–, ha llegado a la escuela. Así lo demuestran la legislación educativa, los diseños curriculares, los calendarios con nuevas “efemérides de la memoria” –como el 24 de marzo y el 16 de septiembre–, los libros de texto escolares y diversos materiales didácticos. Sin embargo, y a pesar de estas evidencias documentales, la llegada de la historia reciente a la escuela es una cuestión que refiere no solo a las decisiones político-educativas (o a sus reformulaciones didácticas), sino también a las instituciones escolares, en general, y a los profesores, en particular. (GONZÁLEZ, 2014, p. 19)

Na base de suas preocupações esteve a indagação de Silvia Finocchio feita em 1991, num artigo cujo título questionava: “*Una reflexión para los historiadores: “¿qué llega de nuestra producción a la escuela media?”*”. Tendo como fonte planos de ensino e

⁴ FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. *Historia Reciente*: apuntes sobre un campo de investigación en expansión. Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, n. 47, p. 190-217, dic. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0524-97672017000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso set 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

livros didáticos que haviam sido produzidos do princípio do século XX até o final dos anos 1980, o panorama que verificou era de imobilismo, irrelevância e desatualização.

É neste cenário que irá ocorrer a incorporação dos temas da história recente argentina que começam a vir à tona na medida que a redemocratização avança e que a luta social pela memória ganha uma dimensão significativa.

Em relação à historiografia brasileira sobre este período, nossa análise e interpretação vem sendo feita através do projeto de pesquisa “História e Ensino de História recente no Brasil e na Argentina: ditaduras militares em sala de aula, os caminhos das memórias e das narrativas divergentes”, cujo desenvolvimento foi realizado na Universidade Nacional de General Sarmiento/Argentina, como estágio pós-doutoral e que já resultou em um texto intitulado “A História no Brasil recente: os vaivéns da história e da memória em perspectiva comparada com a Argentina”, que está em vias de ser publicado⁵

Neste trabalho apresentamos as diferenças de problematizações históricas em cada um dos países a partir da análise de alguns autores consolidados na historiografia brasileira sobre o período da ditadura cívico-militar brasileira e algumas limitações e silenciamentos sobre temas, como os direitos humanos e a luta pela verdade, memória e justiça, que na Argentina desde cedo tornaram-se centrais. Evidenciamos também a baixa frequência e pouca profundidade destes temas em alguns livros didáticos importantes no contexto do PNLD.

A partir do exposto acima, importa-nos agora neste momento da pesquisa delimitar em que circunstâncias desta conjuntura recente brasileira (2013, 2016 e 2018...) ⁶

⁵ Em outro trabalho aprofundamos estas reflexões. CARVALHO, Haroldo Loguercio. A História no Brasil recente: os vaivéns da história e da memória em perspectiva comparada com a Argentina. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de, SOUZA, Juliana Teixeira. O que se ensina e o que se aprende em História: a historiografia didática em debate. Vol. 1. Belém: Ed. Cabana, 2021. No prelo.

⁶ O 2013 se refere ao início das mobilizações que levaram o povo às ruas e quando o processo de radicalização ideológica teve início. 2016 é o golpe contra a democracia consubstanciado no processo de impeachment de Dilma Rousseff que teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma, eliminando com isso a tese de crime de responsabilidade, posteriormente referendada pelo STF. 2018 representa a continuidade do processo de subtração democrática pela ação criminosa da chamada operação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

algumas memórias subterrâneas sobre o golpe e a ditadura de 1964 têm sido revificadas com a intensão de instrumentalizar ideologicamente uma parte da sociedade a fim de justificar propósitos políticos antidemocráticos.

A atual politização da História se verifica pela reabilitação de memórias históricas que sempre divergiram da pesquisa histórica acadêmica e que, sumidas durante um tempo entre o fim das ditaduras e o ressurgimento recente de uma extrema direita herdeira do negacionismo histórico militar sobre este período, ganha fôlego desde o momento em que a democracia volta a ser questionada novamente por grupos que reivindicam a “intervenção militar constitucional”, numa clara licença interpretativa do artigo 142 da Constituição Federal.⁷

É na esteira desta tradição, até há pouco envergonhada/escondida, é possível localizar no tempo o sentido histórico do voto de Jair Bolsonaro, deputado federal mais votado pelo estado do Rio de Janeiro em 2014 com 464 mil votos, quando da lamentável sessão da Câmara dos Deputados ocorrida em 17 de abril de 2016, que levou ao impedimento de Dilma Rousseff, chamando à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido e condenado torturador do DOI-CODI do II Exército só evidencia que este fato histórico tem alto potencial de mobilização social ainda nos dias hoje. Assim, temos aqui a expressão do reconhecimento da tortura e das violações dos direitos humanos que correram ao longo da história recente, mas que não haviam encontrado espaço diante da experiência democrática que ali se encerrava. São memórias embasadas em narrativas históricas que se constituíram negando os arquivos, negando a entrega dos atestados de óbitos de corpos que desapareceram sob custódia do Estado.

A condição da emergência recente do abandono da vergonha factual, de voltar aqueles argumentos da chamada *teoria dos dois demônios*⁸ de que, se houve violência foi

lava-jato que ao prender Lula da Silva de forma arbitrária, abriu caminho para a eleição de Jair Bolsonaro e a ascensão política do então juiz Sérgio Moro, hoje julgado parcial também pelo STF.

⁷ **Art. 142.** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

⁸ A teoria dos dois demônios teve impactos muitos diversos no Brasil e na Argentina. Vale lembrar que no país platino ela foi rejeitada quando do aprofundamento da experiência democrática e acabou abrindo janelas para o seguimento das investigações que resultariam nas condenações dos violadores dos direitos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos dois lados, é resultante deste momento de fragilização democrática. Esta frágil tese tem sido rejeitada recorrentemente na Argentina, no Chile, no Uruguai e outros países que tiveram seu passado recente marcado por ditaduras de Segurança Nacional.⁹

A politização deste discurso se enquadra naquilo que Reinhart Koselleck define como *conceito de inimigo* (KOSELEECK, 2020). É este o entendimento que quero apresentar nesta fase do meu trabalho. Mostrar que na luta política cotidiana, é na disputa pela história recente, aquela que permite aos sujeitos se identificarem e comporem “narrativas” que retroalimentam a radicalização. A evidência, a crítica teórica e empírica, o debate embasado em produção é somente um detalhe para aqueles que vem na histórica recente um campo favorável à confusão, daí a banalização do *fake*, a paridade do negacionismo com a história científica, e ainda pior, a ficção tomada como verdade, como bem representa o projeto *Brasil Paralelo*.¹⁰

O objetivo destes atores que vieram se apresentando na arena da luta política desde 2013 foi criar uma situação de tamanha disputa ideológica na sociedade de tal modo que os preceitos constitucionais poderiam ser relativizados a fim garantir a destituição do poder político hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados. A estratégia de seguir os ritos previstos na legislação penal foi tão somente a legitimidade formal que envolve este novo formato de golpe de estado identificado como golpe jurídico ou *Lawfare*.

O fato resultante deste processo foi a subtração dos 54,5 milhões de votos que haviam garantido a terceira reeleição presidencial da era pós Fernando Henrique Cardoso

humanos naquele país. Já no caso brasileiro, a situação permaneceu sem reversão o que alimentou a permanência de uma memória parcial sobre os fatos ocorridos naquele período. Ver OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. Revista Direito e Práxis. 12 (01), Jan-Mar 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45326>. Acesso jul de 2021.

⁹ As chamadas ditaduras de segurança nacional são assim referenciadas em razão do contexto histórico da guerra fria em que foram concebidas e justificadas. Na base desta formulação estava a luta pela contenção ao comunismo, tomado como a condensação de todo mal que poderia ser atribuído aos “inimigos” da civilização cristã ocidental. BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas da memória. Porto Alegre: ANPUH-RS/Medianiz Editora, 2011. Disponível em: [BRASIL E ARGENTINA: DITADURAS, DESAPARECIMENTOS E POLÍTICAS DE MEMÓRIA - Documentos Revelados](#)

¹⁰ Ver AVILA, Arthur Lima de. *Qual passado escolher?* Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que, em julho de 1977, fez aprovar no Congresso Nacional a emenda constitucional que lhe permitiu um segundo mandato consecutivo, não sem denúncias de compra de votos. Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff lhe sucederam com o mesmo sucesso eleitoral na reeleição.¹¹ A derrota de 2014, contudo, foi mal recebida. As falas do senador Aécio Neves, candidato derrotado pelo PSDB, durante este período não podem ser negadas. Há um amplo conjunto probatório que circularam neste momento de popularização das mídias digitais. Elas foram exploradas nas redes antipetistas como um combustível para a ação do confronto. O *espectro bolsonarista* se movimentou à vontade neste ambiente pouco democrático e de fragilização institucional.

A seguir apresentamos alguns documentos da imprensa brasileira e internacional que trataram deste processo de aceleração da radicalização política antidemocrática.

BRASÍLIA - Em discurso após ser reeleito presidente do PSDB, o senador Aécio Neves (MG) apostou, neste domingo, em convenção do partido, que a presidente Dilma Rousseff não concluirá seu mandato. O tucano disse em Brasília que os atuais escândalos de corrupção mostram que há um “vale tudo” para se manter no poder; e voltou a afirmar que perdeu as eleições presidenciais para “uma organização criminoso”, e não para um partido político. Preocupado com a disputa interna pela candidatura à Presidência da República em 2018, Aécio aproveitou para fazer um apelo pela unidade no partido. (O Globo, 05 de julho de 2015)¹²

O que parecia uma manifestação espontânea de uma parcela da população insatisfeita com o resultado das últimas eleições e com a condução do Governo Dilma Rousseff, ganhou nesta quarta-feira um apoio institucional. Em uma estratégia declarada para “sangrar” o já desgastado PT, a executiva nacional do PSDB divulgou pela manhã uma nota em que confirmou a participação do partido, por meio de sua militância e lideranças, no ato antigoverno marcado para o próximo domingo, dia 15, em diversas cidades brasileiras.

“O PSDB se solidariza com as manifestações de indignação dos brasileiros diante da flagrante degradação moral e do desastre econômico-social promovido pelo Governo Dilma Rousseff”, registra a nota, que ressaltou que o movimento é apartidário e “surge do mais legítimo sentimento de indignação da sociedade brasileira”. (El País, 11 de maio de 2015).¹³

¹¹ [Bom Dia Brasil - Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno \(globo.com\)](#)

¹² [Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB - Jornal O Globo.](#)

¹³ [Para ‘sangrar’ PT, PSDB oficializa seu apoio às manifestações antigoverno | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A história recente que foi ganhando as redes sociais, sobretudo os aplicativos de mensagens, como *WhatsApp* e migrou para as ruas numa mistura de torcedores da CBF albergados em uma gama de partidos de aluguel que se criaram no país e que deixou pérolas de falta de conhecimento histórico nas manifestações de massa em que se identificaram na luta antipetista. Nutriram-se com algumas iniciativas empresariais e religiosas que divulgaram literatura, vídeos e ensaios interpretativos distanciados das fontes que a área de História brasileira minimamente já estabeleceu consensos mínimos. *O guia politicamente incorreto da História do Brasil*, do jornalista Leandro Narloch é um dos exemplos (NARLOCH, 2009). O grupo de não historiadores do Brasil Paralelo criou redes de relacionamento ideológico religioso com grande competência comercial. Hoje devem estar em crise já que seu público está no centro da crise do emprego e da renda de agora. O seu produto principal foi o filme *1964: O Brasil entre Armas e Livros*¹⁴, uma clara narrativa alternativa ao conhecimento histórico maturado ao longo de décadas de ensino e pesquisa que, entretanto, é pouco acessível à sociedade em geral.

O fato de terem iniciado com a retomada do tema do golpe de 1964 não é por acaso. Na incapacidade de retomarem o governo federal pelo voto, o chamamento pela intervenção militar constitucional é só uma das contradições absurdas. Nunca é demais lembrar que as experiências recentes da presença militar brasileira em ambientes civis nunca foram bem avaliadas interna e externamente. Ao caso do massacre no Haiti e o general de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira ainda está em análise na comunidade hemisférica e internacional. A intervenção federal do governo Michel Temer no Rio de Janeiro com o General Braga Neto, que havia coordenado a segurança dos Jogos Olímpicos naquela cidade, passou com a herança da diminuição dos roubos, mas com preocupante e crescente letalidade policial. O assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes ainda está sem autoria comprovada, numa ineficiência jurídico investigativa que comprova a pró-atividade e aparente eficiência da Operação Lava Jato e seu juiz parcial, agora aprovado pelo STF, era somente uma parte do golpe que iniciara logo no início do segundo mandato de Dilma Rousseff.

¹⁴ ["1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar - 05/04/2019 - UOL Entretenimento.](#)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A necessidade de delimitar melhor os usos do passado recente que são mobilizados pelos atores políticos divergentes é um caminho metodológico que nos orienta nas conjunturas presentes e futuras, pois são relativas a um passado que é representado por instrumentações discursivas e conceitos que se querem autoexplicativos. Comunicar o que é derivado do trabalho de pesquisa histórica acadêmica é o grande paradigma recuperado pela comunidade de história na atualidade.

O ensino de história é o local e o caminho onde estas situações são vivenciadas com mais intensidade. Na sala de aula da educação pública brasileira essa temática da última ditadura militar, juntamente com outras classificadas como sensíveis e críticas, sobretudo temáticas da diversidade, tem se tornado objeto prioritários nas pesquisas do ProfHistória¹⁵ e que tem revertido em buscas por redefinição do papel do ensino na formação da graduação e da pós-graduação em história no país.

Esta experiência de observar o tratamento das temáticas relativas às ditaduras militares do Cone Sul já tem uma trajetória relativamente conhecida, embora com intensidades distintas. Talvez o exemplo mais emblemático tenha se dado na Argentina, onde as chamadas leis do esquecimento abrem uma janela interpretativa para tomarmos como medida do que ocorreu e ocorre no Brasil.

No caso brasileiro, na conjuntura que levou ao golpe de 2016 e à eleição de Jair Bolsonaro está presente no ambiente da disputa política a estratégia de regeneração da memória da ditadura civil-militar. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro é resultante de muitas variáveis, mas duas adquirem importância para nosso argumento. A primeira se refere à visibilidade que tal personagem alcança como decorrência da quebra da democracia por atores que se recusaram a aceitar a derrota nas urnas; e a segunda é que tais personagens que hoje ocupam o centro do poder político, são expressões e vetores de uma falsa ideia de conhecimento do passado recente que não se sustenta senão nos negacionismos históricos e científicos assim como no revisionismo ficcional que transita pelas redes sociais contemporâneas.

¹⁵ Na base de dados eduCapes a partir da busca simples “ProfHistória” e “Ditadura”, pelo menos 20 dissertações aparecem como já defendidas. <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em 20 de jul de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Neste aspecto é importante mostrar como esta conjuntura que aflorou no Brasil possui alguma relação com a limitada capacidade de comunicação da área de história com a sociedade brasileira.

Por outro lado, a memória social argentina sobre a última ditadura é repleta de exemplos de enfrentamentos públicos que reverberaram na própria sala de aula de história. Na prática, este problema teve que ser enfrentado pelos professores secundários antes ainda que a pesquisa histórica consolidasse interpretações a partir da documentação que foi sendo gerada quando da sequência de imputações e responsabilizações penais. Esta diferença de temporalidades entre a história ensinada e a história acadêmica permanece ativa ainda hoje, uma vez que os processos que recaem sobre os agentes estatais que promoveram graves violações dos direitos humanos segue gerando novos documentos e saberes que serão incorporados tanto na pesquisa acadêmica como nas salas de aula. A continuidade desta luta por memória, verdade e justiça é a chave interpretativa que garante permanência nas ações políticas dos movimentos sociais de memória.¹⁶

No trabalho já referido, afirmamos

É nesta perspectiva de reação política que a trajetória argentina se distingue da brasileira e produz, ao longo deste tempo, impactos sobre a memória social coletiva que irá pautar a prática docente no ensino de história recente de modo autônomo em relação ao conhecimento acadêmico. A pesquisa histórica sistemática sobre o período da última ditadura só ganha impulso a partir de 2003, quando o presidente Néstor Kirchner anula as leis da impunidade e, pela pressão dos organismos de direitos humanos, notadamente *as Madres de La Plaza de Mayo*, estabelece uma política de memória nacional que cria as condições de acesso a novos documentos e depoimentos que vêm à tona com a retomada dos processos de **Memoria, Verdad y Justicia**, que permitem dar seguimento na responsabilização dos agente violadores dos direitos humanos no marco do *Terrorismo de Estado*. (CARVALHO, 2021, p. 9)

A comparação com a Argentina é muito apropriada, pois no mesmo período os dois países transitaram para a abertura e a democratização com memórias marcantes da violência política que tiveram, no entanto, caminhos distintos em relação à investigação e responsabilização dos agentes e perpetradores. A auto anistia militar na Argentina foi rejeitada pela sociedade ao final do primeiro ano do governo de Raúl Alfonsín. No Brasil,

¹⁶ A base desta reflexão vem da Colección Memorias de la Represión, dirigida por Elizabeth Jelin e Carlos Iván Degregori, especialmente o volume Educación y memoria. La escuela elabora el pasado. Buenos Aires, Silgo Veitiano, 2004.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em 1979, foi recepcionada, a despeito da resistência, como ‘um acordo para esquecer o passado e mirar o futuro. Esta foi a estratégia dos militares para falsificar a história. Negar a verdade foi central para permitir que no seu próprio substrato corporativo, os militares seguissem negando à sociedade aquilo que os documentos e os testemunhos tornavam cada vez mais transparente, e também aterrorizante. O Relatório Final da Comissão da Verdade de 2014 é lapidar neste aspecto.

No entanto, é na observação do tempo histórico e na perspectiva comparativa que podemos ver quais são as similitudes e as diferenciações que acabam influenciando nas percepções do passado recente no tempo presente.

Un rasgo que los cinco países comparten en cuanto al tema que nos ocupa es que el pasado dictatorial reciente no quedó clausurado en el momento de la transición política: continuó siendo parte central del escenario político a lo largo de las décadas siguientes y, sin duda, esta situación no se modificará en el futuro. Las cuentas con el pasado no están saldadas, ni en términos institucionales ni simbólicos. A medida que pasa el tiempo y se hace posible concebir la distancia temporal entre pasado y presente, interpretaciones contrapuestas y a menudo rivales sobre el pasado reciente y sus memorias se intalan en el centro del debate político y cultural, y se transforman en cuestiones públicas ineludibles para el proceso de democratización. (JELIN, 2018, p. 41)

Para finalizarmos até aqui, uma vez que esta pesquisa segue em andamento, iremos apresentar um documento testemunhal, poderiam ser vários, que não deixam dúvida sobre a percepção dos militares sobre os fatos narrados pela historiografia brasileira que desde há muito são negados em nome de memórias particulares que acabam alimentando a (in)transparência conceitual e factual com a História do Brasil recente. Nos referimos ao importante trabalho sobre a memória militar a partir da coleta de depoimentos dos militares brasileiros sobre três temas centrais ao debate sobre o golpe de 1964, *visões do golpe*, sobre a repressão, *os anos de chumbo*, e sobre a abertura, *a volta aos quartéis*, organizados por Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dilton Soares e Celso Castro, no âmbito do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

O depoimento que iremos dar visibilidade se refere ao volume que trata da abertura política e da volta aos quartéis, que têm, entre outros, o depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, que depois de ser comandante do III Exército entre os anos de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1983 a 1985, torna-se ministro do Exército do governo José Sarney na chamada Nova República.

As primeiras perguntas formuladas ao general são as seguintes:

P - Qual é sua avaliação sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército durante o comando do general Ednardo Dávila?

R - O Ednardo, embora seja muito mais antigo que eu, foi meu colega de turma na Escola de Comando e Estado-Maior. Fiz o curso muito jovem, e o Ednardo já era um senhor. Jamais faria uma coisa daquelas, nem jamais daria ordem para fazer nada do que lhe foi atribuído. O que deve ter acontecido é muito simples: algumas daquelas coisas podem ter sido feitas na calada da noite por um pequeno grupo que não deixava esses fatos vazarem. A coisa é muito mais simples do que a gente pensa. Especificamente sobre o episódio Herzog, tenho uma tese. Acho que é um suicida, e não digo isso por predisposição de liberar a nossa gente. Como vejo o que aconteceu com o Herzog? Era um homem completamente despreparado para a subversão. Era um moço daquela raça estranha, metido a jornalista, e achou bonito ajudar a esquerda. Quando foi descoberto e preso apavorou-se porque ouvia as histórias de tortura. Quando esse rapaz morreu, mandei a São Paulo meu sobrinho, que era um moço brilhante e pessoa de minha confiança, para saber o que tinha acontecido. Ele voltou e disse: “Tio, ninguém o matou”. Então, até hoje, uso essa argumentação, porque jamais admitiria que meu sobrinho me dissesse uma coisa diferente da realidade. Agora, só Deus sobre o aconteceu.¹⁷

P - E sobre o caso do Riocentro? Quando ministro do Exército, o senhor foi, inclusive, contrário a que se reabrisse o processo, não?

R - O que de positivo a reabertura dessas coisas traria para o país? Acho que temos que estar preocupados com o futuro. Aquilo tinha sido encerrado, e havia sido combinado que tudo terminaria através de uma anistia. Nós anistiamos também os nossos inimigos. Por que reabrir os inquéritos de quantos congressistas? Só se lembram disso quando é contra nós? O que o Genoíno estava fazendo lá na Amazônia? Guerrilha. Então, vamos reabrir o processo contra ele também. Que história é essa? Quer dizer, nós os anistiamos e ninguém nos anistia? (D'ARAUJO et al, 1995, p. 173-174)

Vale lembrar que o então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves era o destinatário da tentativa de ato terrorista levada a efeito pelo então tenente Jair Messias Bolsonaro e outro oficial de nome Fábio Passos, que pretendiam pressionar o general a fim de expô-lo à tropa como um comandante fraco na defesa dos salários militares. Como sabemos, este processo resultou na expulsão dos dois do exército sem, contudo, haver uma punição efetiva que inibisse o recrudescimento de uma vertente interna às forças armadas vinculada à memória da ditadura como perpetradora de ações condenáveis em qualquer regime democrático.

¹⁷ D'Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dilton; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 173-174.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O andamento desta história de esquecimentos e impunidades está na base da crise institucional que se instalou no Brasil desde 2016.¹⁸

Coronel aponta manobra da extrema direita
Artigo 3-03-87

Objetivo principal seria desestabilizar processo democrático

Aristeu Moreira

SÃO PAULO — O Plano de explodir bombas em quartéis e outros protestos de oficiais das Forças Armadas contra baixos salários encobrem, na verdade, "um movimento mais amplo, com ramificações", articulado com a extrema direita civil e militar, com o objetivo real de desestabilizar o processo de transição democrática. Esta é a versão apresentada ontem pelo coronel da reserva Geraldo Lesbat Cavagnari, um dos principais estudiosos da questão militar no Brasil.

Fundador e diretor-adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o professor Cavagnari endossa uma das teses dos oficiais que lideraram a insubordinação: o ministro Leônidas Pires Gonçalves realmente não mantém as tropas sob controle. O coronel está convencido de que, se os atos anteriores de indisciplina tivessem sido punidos com rigor pelo ministro, os oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) "não estariam pensando agora em atirar bombas nos quartéis".

Como exemplos de atos de indisciplina não punidos, Cavagnari apontou o manifesto do ex-presidente João Figueiredo, as manifestações políticas dos generais Newton Cruz e Coelho Neto, a fundação, por oficiais da ativa, da Associação Brasileira de Defesa da



Cavagnari: "Faltou punição"

Democracia (ABDD), e conferências e atos políticos promovidos por esta entidade.

"Não há dúvida", observou Cavagnari, "de que toda essa movimentação tem ramificações, está articulada com a extrema direita militar e civil e tem o objetivo real de desestabilizar o processo de transição democrática".

Dirigente de um dos dois únicos núcleos de estudos estratégicos montados em universidades brasileiras — o outro funcionou durante algum tempo no Rio de Janeiro —, Cavagnari diz estar certo de que "a extrema direita militar está determinada a transformar atos de pura indisciplina, gerados pela insatisfação com soldados, em manifestações de caráter político-ideológico".

O professor da Unicamp afirma que fundadores e dirigentes da ABDD, oficiais da ativa e generais da reserva que ocuparam cargos políticos, da direita e da extrema direita "querem fazer crer que manifestações de insatisfação de natureza econômica, são, na verdade, reações contra a ingovernabilidade demonstrada pelo poder e contra o processo redemocratizante".

Apesar dessas preocupações, o professor Cavagnari mantém-se otimista: "perigo de golpe militar eu não vejo, mesmo porque dar um golpe é uma coisa e ter sucesso é outra". Para ele, o golpe militar não teria o apoio de segmentos expressivos da sociedade e os "grupos que têm sido denunciados pela imprensa — a ABDD, entre outros — têm alguma presença por aí, mas não a força que apregoam".

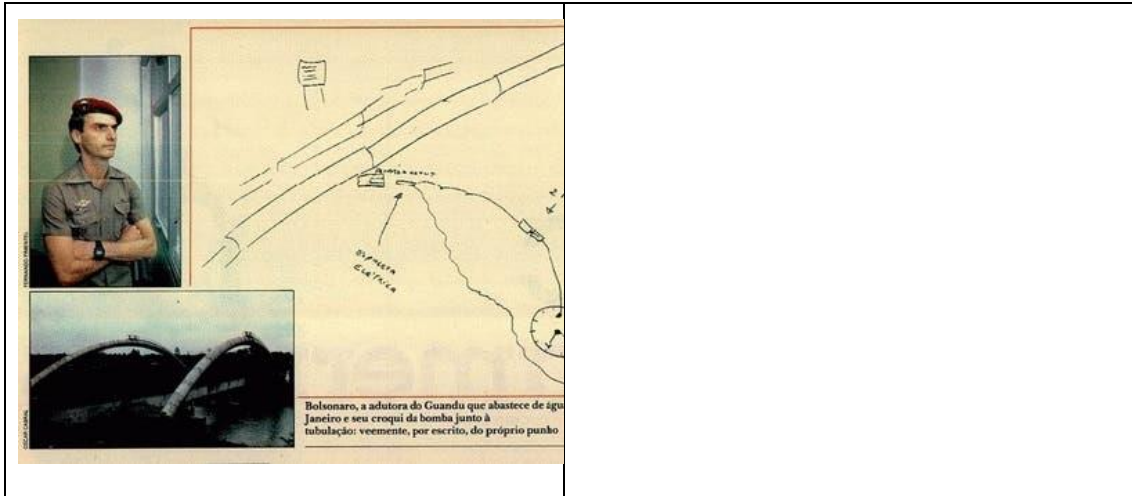
— Os integrantes dessa ABDD são beneficiários do regime autoritário, sempre tiveram uma concepção autoritária do processo político nacional, sempre foram autoritários na forma de agir e são mais carcereiros da democracia do que seus defensores — afirmou.

Para Cavagnari, o aumento de 110% concedido aos militares pelo presidente Sarney "é uma solução insuficiente". De qualquer modo, afirmou, o ministro Leônidas Pires Gonçalves "não pode, em hipótese alguma, admitir atos de indisciplina". A seu ver, esses atos configuram a existência de "um problema muito grave, que exige, forçosamente, solução rigorosa e imediata".

— Hoje, o ministro não comanda mesmo a tropa — sustenta Cavagnari. Tal situação só será revertida se o general Leônidas "resolver, de forma oportuna e com eficácia, a questão da indisciplina".

¹⁸ Ver: [Repórter que revelou plano terrorista de Bolsonaro no Rio contou à polícia que foi ameaçada de morte por ele \(diariodocentrodomundo.com.br\)](https://diariodocentrodomundo.com.br).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Repórter depõe no Exército e relata ameaças

A jornalista Cássia Maria, 27 anos, autora da reportagem na revista *Veja*, em outubro, denunciando a existência de um complô de capitães que pretendiam explodir bombas em quartéis do Exército, disse ontem, em depoimento no Conselho de Justificação, que apura o envolvimento do capitão Jair Bolsonaro no episódio, ter recebido uma ameaça de morte de Bolsonaro, momentos antes de começar a depor. Ela está recebendo segurança reservada por parte do Exército.

Cássia Maria, que deixou a *Veja* e começa a trabalhar dia 11 na sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília, disse que aguardava na ante-sala do coronel Marcos Bechara, que preside o Conselho de Justificação, quando o capitão Bolsonaro, de outra sala, através de um vidro, fez um gesto com as mãos como se estivesse disparando um revólver contra a jornalista. Ela, então, lhe perguntou se era uma ameaça de morte. Segundo ela, o capitão respondeu que não, mas que ela "poderia se dar mal" se continuasse com esta história.

Hoje, Cássia Maria volta a depor, agora na Comissão de Justificação que apura o envolvimento do capitão Fábio Passos da Silva no episódio. Foi na casa do capitão Fábio que ela esteve para fazer a reportagem e onde tomou conhecimento da ideia de explodir as bombas. Esta comissão é presidida pelo coronel Dilson Nascimento. As duas comissões foram instauradas através de portaria reservada do Ministério do Exército.

MILITARES

Ato de força

*Capitão ameaça repórter
que o denunciou*

Até o final desta semana, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, deverá receber um relatório dos Conselhos de Justificação constituídos no Comando Militar do Leste para apurar o caso dos capitães Jair Bolsonaro e Fábio Passos da Silva. Os dois são acusados de mentir a seus superiores e, desta maneira, de ter levado o próprio ministro Leônidas a solidarizar-se impropriamente com eles, a respeito de uma reportagem da edição 999 de VEJA, em que se divulgou que ambos planejavam atos

sabotagem e até a explosão de bombas em quartéis. O capitão Bolsonaro negou que tivesse dado entrevistas a Cassia Maria, autora da reportagem, e o outro oficial afirmou que jamais a tinha visto. Na edição seguinte, VEJA publicou mapas do próprio Bolsonaro, onde se mostravam os planos de sabotagem. Na semana passada, quando Cassia Maria foi prestar seu depoimento, Bolsonaro ameaçou. "Você vai se dar mal", disse simulando o gesto de disparar um revólver com a mão direita. Desde então, Cassia Maria circula sob a proteção de uma escolta de militares à paisana que a acompanha todo o dia.

Referências:

AVILA, Arthur Lima de. *Qual passado escolher?* Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas da memória*. Porto Alegre: ANPUH-RS/Medianiz Editora, 2011.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A História no Brasil recente: os vaivéns da história e da memória em perspectiva comparada com a Argentina*. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de, SOUZA, Juliana Teixeira. *O que se ensina e o que se aprende em História: a historiografia didática em debate*. Vol. 1. Belém: Ed. Cabana, 2021. No prelo.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; FRANCO, Marina; IGLESIAS, Mariana; LVOVICH, Daniel (compiladores) *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. 1ª ed., Buenos Aires: UNGS/Prometeo Libros, 2010.

D'Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dilton; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dilton; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dilton; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. *Historia Reciente: apuntes sobre un campo de investigación en expansión*. Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, n. 47, p. 190-217, dic. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0524-97672017000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso set 2019.

GONZÁLEZ, María Paula. *La historia reciente en la escuela: saberes y prácticas docentes en torno a la última ditadura*. Los Polverines: Editora UNGS, 2014.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2018.

KOSELEECK, Reinhart. *História de Conceitos*. RJ, Contraponto, 2020.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo, Leya, 2009.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy dos. *A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição*. Revista Direito e Práxis. 12 (01), Jan-Mar 2021. Disponível: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45326>. Acesso jul de 2021.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, c2007.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021